

Parlamentares querem um salário de Cr\$ 2,5 milhões

Congresso 08 ABR 1991 O GLOBO

BRASÍLIA — Depois da votação do reajuste salarial do funcionalismo público, os parlamentares tratarão do aumento de seus vencimentos. Existe proposta discutida pelos líderes que concede reajuste de 37,8% retroativo a maio e, a partir deste mês, os 20% concedidos ao funcionalismo em geral. Com esses aumentos, o salário bruto de deputados e senadores passaria de Cr\$ 1,57 milhão para Cr\$ 2,58 milhões.

A realização do estudo foi confirmada pelo Líder do PT, Deputado José Genoíno, mas a Mesa da Câmara ainda não se decidiu sobre a matéria. O Presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, disse que só discutirá o assunto depois de resolver o problema do funcionalismo.

Segundo informações dos deputados, o pagamento do reajuste de maio e junho (37%) se refere à MP 296. O percentual foi pago aos servidores públicos em geral nos meses de maio e junho. Os funcionários do Legislativo também receberam, mas os parlamentares, por decisão unâni-

me dos líderes da Câmara, decidiram abrir mão do reajuste da MP. O Senado tentou conceder o aumento, mas teve que seguir a decisão da Câmara.

O salário dos parlamentares estão congelados desde março em Cr\$ 1,5 milhão bruto. O Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) é um dos que mais reclama. No semestre passado, ele sugeriu "operação tartaruga" até que o Congresso concedesse um reajuste. Sua atividade em defesa do salário dos parlamentares foi tão intensa que ele recebeu o título informal de presidente do sindicato dos parlamentares.

O Deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), ex-sindicalista, discorreu de Gibson. Segundo ele, o salário dos parlamentares só poderá ser reajustado depois que o Congresso votar a nova política salarial para todas as categorias.

— Se houver qualquer proposta de aumento antes de a Casa aprovar uma política salarial geral, eu votarei contra — afirmou.